

REUNIÃO ENTRE FIESP E BNDES DE 18/10/2016

José Ricardo Roriz Coelho
Vice-Presidente da FIESP
Diretor Titular do Decomtec

Crise econômica atual é uma das piores da história

- Nos últimos anos o melhor predictor do PIB tem sido o IBC Br (Banco Central)
- O último dado do IBC Br aponta do PIB de -5,42% em 2016.
- Esse dado é bastante preocupante.
- Mesmo assim, a previsão do mercado (Boletim Focus do Banco Central) é de -3,22%, o que também é um resultado péssimo diante de dois anos de recessão.
- Ou seja, o cenário é muito ruim para as empresas, que além enfrentar queda de faturamento, também têm sido afetadas pela redução do crédito, o que tem causado dificuldades para continuidade das suas operações.

Ano	IBC BR com ajuste sazonal (de janeiro até agosto, divulgado em outubro)	Focus (ao redor do dia 20/out)	IBGE ocorrido (fechado no final do ano)	Chegou mais perto
2013	2,88%	2,50%	3%	IBC Br
2014	0,38%	0,27%	0,10%	Focus
2015	-3,11%	-3,02%	-3,80%	IBC Br
2016	- 5,42%	-3,22%	- 4,3% (média das duas)	?

PIB: queda acumulada em 3 anos = - 7,9%

A prioridade atual das empresas, particularmente da indústria, será, por algum tempo ainda, realizar sua desalavancagem financeira, uma vez que boa parte delas está sobreendividada, conforme os dados a seguir:

- Nos primeiros cinco meses de 2016 em relação ao mesmo período de 2015:
 - **os pedidos de falência e de recuperação judicial cresceram 5,5% e 95,1%, respectivamente;**
 - **A concessão de crédito à pessoa jurídica apresentou redução de 21,5%;**
 - **A taxa de juros e o spread bancário aumentaram 22,1% e 30,6%, respectivamente;**
- Metade das empresas (49%) não gera caixa (EBITDA) suficiente para cobrir as despesas financeiras.
- Empresas aumentaram consideravelmente o seu endividamento, passando de 1,47 da geração de caixa em 2010 para 4,20 em 2015.
- Na média das empresas analisadas, a geração de caixa total tem sido suficiente para pagar apenas 58% das despesas financeiras.

- O nível de **endividamento ultrapassou o capital próprio**: a alavancagem das empresas cresceu exponencialmente entre 2010 e 2015, **de 77% para 136% do patrimônio líquido**.
- Segundo dados do FMI, outros países emergentes também enfrentam problemas de alavancagem, mas o caso brasileiro está entre os mais críticos. **O país detém os piores indicadores entre os emergentes de dívida/EBITDA e de EBITDA sobre despesas financeiras**.
- Não há sinais de melhora no primeiro semestre de 2016: **entre as cias abertas, a proporção de empresas com geração de caixa menor do que despesas financeiras aumentou**.
- **R\$ 500 bilhões é a dívida das empresas com geração de caixa insuficiente para cobrir as despesas financeiras**. Isso é 22% do estoque de crédito da economia. Em 2010, esse percentual era 5,7%.

Além disso, o governo enfrenta queda da arrecadação

- A arrecadação total de tributos do governo federal sofreu queda real de 7,5% entre janeiro e agosto de 2016 em relação ao mesmo período de 2015.
- No principal tributo arrecadado pelos estados, o ICMS, a queda real foi ainda mais acentuada, de 12,5%
- Manchete do jornal A Tarde, de 23/10/2016, aponta que cerca de 80% dos municípios brasileiros estão com as contas no vermelho.

Arrecadação Tributos Federais - Administrados e Não Administrados pela RFB

	R\$ milhões corrente	R\$ milhões constante (IPCA ago/2016)
2015 - jan-ago	R\$ 805.814,0	R\$ 899.194,0
2016 - jan-ago	R\$ 816.481,0	R\$ 832.188,0
variação	1,3%	-7,5%

Fonte: Receita Federal do Brasil. IBGE. Elaboração: Decomtec-FIESP.

Nota: Incluso Receita Previdenciária

Arrecadação Total ICMS - Todos Estados

	R\$ milhões corrente	R\$ milhões constante (IPCA ago/2016)
2015 - jan-ago	R\$ 260.677,8	R\$ 290.634,5
2016 - jan-ago	R\$ 249.809,5	R\$ 254.378,6
variação	-4,2%	-12,5%

Fonte: Confaz-Ministério da Fazenda. IBGE. Elaboração: Decomtec-FIESP.

Ou seja, para eficácia do ajuste fiscal é necessário recuperar a arrecadação

Considerando que as empresas possuem cerca de R\$ 47 bilhões de dívidas em atraso e o BNDES possui recursos disponíveis, **foi proposto à Presidente do Banco, em reunião na FIESP em 18/10/2016**, que:

- 1. O BNDES deve ser desobrigado de realizar devoluções antecipadas de recursos ao Tesouro Nacional** (como requisitado pelo Ministério da Fazenda em maio, questão que se encontra em avaliação pelo TCU)

- 2. Esses recursos devem ser aplicados em:**
 - i. Plano de Recuperação Econômico-Financeiro das Empresas** (capital de giro, debêntures, reestruturação de empresas)
 - ii. Refinanciamento de Dívidas Vencidas** com o BNDES
 - iii. Financiamento às MPMEs** (Cartão BNDES, desburocratização, desconcentração dos repasses dos bancos)

Até a reunião com a Presidente do BNDES havia controvérsia quanto à devolução antecipada ao Tesouro

a) Essa devolução antecipada feriria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu inciso II, artigo 37:

“Art. 37 Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

II – recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma de legislação”.

Conforme reportagem do Estado de S. Paulo de 10/06/2016:

*“... ao menos **quatro dos nove ministros** da Corte de contas [TCU] têm uma **clara posição de resistência à proposta** do governo, e **veem na transação mais um clássico tipo de “pedalada”**, ou seja, de apropriação indevida de recursos de bancos públicos para aliviar as contas federais”*

e

*“**Não vejo como aprovar algo assim**”, disse um ministro.”*

Além do impasse jurídico, há controvérsias se a devolução antecipada de recursos reduziria a dívida

Segundo o **especialista em contas públicas José Roberto Afonso** (*Valor Econômico de 24/05/2016*), a devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro não reduzirá a dívida bruta:

- Com a devolução, o Tesouro resgataria R\$ 100 bilhões em títulos do mercado, o que poderia reduzir a dívida bruta.
- Entretanto, “sempre que isso ocorreu, o BC precisou enxugar a liquidez do mercado e o fez emitindo operações compromissadas”.
- Para enxugar a liquidez do mercado a fim de manter a taxa Selic efetiva próxima da meta estabelecida pelo Copom, o BC realiza operações compromissadas, o que significa que o BC vende títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro para as instituições financeiras, com o compromisso de recompra em uma data futura.
- Os títulos do Tesouro que lastreiam as operações compromissadas compõem a dívida bruta do governo geral. Por isso, se o volume de operações compromissadas é ampliado, a dívida bruta do governo também é ampliada.
- Portanto, o efeito da devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro teria impacto nulo sobre a dívida bruta.

- **O alto endividamento das empresas e a recessão fazem com que a principal questão de curto prazo seja manter as empresas operando.** Sem isso não há recuperação da economia nem tampouco da arrecadação tributária.
- **Dessa forma, alertamos que é necessário e urgente identificar outras fontes para financiamento de capital de giro do setor produtivo, de modo que as empresas possam sair da atual crise financeira e regularizar suas operações.**